



VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est

Culturas políticas e conflitos sociais



PARA ADIANTAMENTO DA INSTRUÇÃO NACIONAL, PERFEIÇÃO DAS SCIÊNCIAS E DAS ARTES: O PLANO DE ESTATUTOS (1780) COMO EIXO NORTEADOR DAS PRODUÇÕES DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

Marina Galvão Prezotti¹

Resumo: O texto versa sobre os conhecimentos iniciais obtidos na construção de um projeto de Iniciação Científica, que será realizado nos anos de 2017/2018. Essa pesquisa está inserida no projeto: “Ciência a serviço do Reino: sociabilidade intelectual e reformismo ilustrado nas últimas décadas do Império Atlântico português”, da Profa. Dra. Patrícia Maria S. Merlo. A pesquisa tem como objetivo analisar o *Plano de Estatutos* da Academia das Ciências de Lisboa, de 1780. A partir do documento citado, buscaremos entender como as diretrizes estabelecidas se encaixam no contexto interno da academia e reflete aspectos da sociedade portuguesa do Antigo Regime. Considerando o contexto apresentado, utilizaremos como aporte teórico a noção de campo proposta pelo sociólogo Pierre Bourdieu. Assim, por meio da análise do *Plano de Estatutos*, discutiremos seu papel enquanto eixo orientador das linhas programáticas que passariam a definir as produções desta instituição.

¹ Graduanda de História da Universidade Federal do Espírito Santo

Palavras chave: Academia das Ciências; Utilitarismo ilustrado; Produções Acadêmicas; Século XVIII.

Considerando o surgimento nos séculos XVI e XVII, na Europa, de uma “nova ciência” caracterizada pela relação questionadora com a natureza e seus fenômenos e pautada na experiência e na racionalização, vemos emergir nesse cenário instituições voltadas a produção de um saber científico que contrapunha aos dogmas e crenças tradicionais (SOARES, 2001, p.17). Academias científicas foram criadas em diversas nações europeias, tendo como fundamento a investigação, promoção, aplicação e divulgação dos novos conhecimentos técnicos e científicos (MERLO, 2015, P.52).

Seguindo esse modelo de inspiração iluminista, foi criada em 24 de dezembro de 1779 – com apresentação pública em 4 de julho de 1780 – a Academia Real das Ciências de Lisboa, visando estimular as produções científicas e transformar as reflexões advindas desses novos conhecimentos em objetos de grande consumo que pudessem repercutir em ações práticas no âmbito econômico e social dentro no Reino português. Sua criação foi fruto de uma ligação entre uma elite intelectual e o poder político português. No entanto, mesmo efetivada no período mariano, Cardoso (1988, p. 53) sublinha que a Academia Real das Ciências de Lisboa estava ligada às reformas educacionais advindas do período pombalino e se apresentava tanto como um meio de diálogo com a Universidade de Coimbra e quanto um meio de compartilhamento de saberes. A fundação da Academia, efetivada sob a gerência do Duque de Lafões, representou o triunfo de um projeto que já vinha sendo gestado por intelectuais ligados principalmente a Faculdade de Filosofia, pertencente a Universidade de Coimbra.

Surgida da necessidade de se entender o eixo orientador das linhas programáticas que definiam as produções da Academia Real das Ciências de Lisboa, essa pesquisa aparece como um esforço de se inserir nesse universo através da análise de seu Plano de

Estatuto, em sua versão inicial, datado de 1780. Para ter um maior conhecimento sobre a estrutura burocrática da Academia, analisaremos também os assentos complementares derivados das modificações que o Estatuto foi passando ao longo do desenvolvimento da instituição. O documento encontra-se transcrito no segundo volume da série *História dos Estabelecimentos Scientificos, Litterarios e Artisticos de Portugal nos sucessivos Reinados da Monarquia* de José Silvestre Ribeiro, publicado no ano de 1872 e disponível na Biblioteca Nacional de Portugal.

Marcando o início das atividades da instituição, o Estatuto deixa claro em seu primeiro inciso os principais objetivos da Academia Real:

(...) À imitação de todas as nações cultas, esta Academia de Sciencias, consagrada à gloria e felicidade pública, para adiantamento da Instrucção Nacional, perfeição das Sciencias e das Artes e augmento da industria Popular. (ACADEMIA REAL DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA, 1872, p.39)

Além disso, nele estão contidas características peculiares da Academia Real que proporcionarão material indispensável para análise. Entre elas, podemos destacar a divisão da produção científica da academia em duas classes: os que indagarão o como e o porquê dos fenômenos naturais, e os que se dedicarão as qualidades e propriedades dos objetos. A primeira classe é representada por profissionais das áreas de Química, Meteorologia, Anatomia, Botânica e História Natural. Já os estudos vinculados a Geometria, Astronomia, Mecânica e Aritmética, ficam sob responsabilidade dos profissionais da segunda classe. Houve ainda o estabelecimento de uma terceira classe, ligada as *Bellas Letras*², que deve se dedicar aos diversos ramos da Língua Portuguesa.

² “No Prologo do tom. 1 das Memorias de Litteratura Portugueza vem designado o que a academia quiz entender por Litteratura Portugueza: «São por conseguinte, a Lingua e a Historia Portugueza, consideradas em todos os possíveis aspectos e relações, os dois objectos que constituem o que a

Em relação aos integrantes da Academia Real, diversos incisos estabelecem o perfil dos sócios, destacando-se assim a característica intelectual do ambiente. Como podemos ver nos incisos III e IX do Plano de Estatutos:

«III.—Cada huma destas classes comprehenderá oito Socios Effectivos, assistentes ao menos liuma boa parte do anno em Lisboa: e para que a Academia não fique por este motivo privada das luzes e socorro, que pôde tirar de muitos sogeitos dignos, empregados pelo Reino no ensino público das mesmas matérias que a Academia propõe, poderão exceptuar-se dous em cada classe, para serem tirados do Corpo da Universidade ou dos Professores públicos, os quaes ainda que quasi sempre ausentes, poderão acreditar muito a Academia com as suas obras, e serem consultados utilmente em todos os casos que lhes pertencerem. (ACADEMIA REAL DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA, 1872, p.40)

«IX.— Para se desempenhar completamente o objecto da Academia no adiantamento da Instrucção Nacional, que por meio delia se procura, poderá a Academia receber vinte e quatro Alumnos, moços Nobres, de doze annos para cima, cuja direcção nos estudos haja de tomar com grande empenho á sua conta, fazendo-os assistir para este fim ás Sessões que lhe parecer, e excitando entre elles a emulação e gosto para as Sciencias e para o Estudo, sendo sempre preferidos para este numero os filhos e parentes próximos dos Socios. (ACADEMIA REAL DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA, 1872, p.41)

As demais regulamentações do Plano de Estatutos dizem respeito a gerência do ambiente, com o estabelecimento da existência de um presidente, de um tesoureiro, um orador, um secretário, um vice-secretário e um diretor para cada classe, além de outros aspectos que ajudam a reforçar o perfil da Academia das Ciências de Lisboa como um local de prestígio e reconhecimento dentro da sociedade do Antigo Regime. Essas

Academia quiz entender por Litteratura Portugueza”. (ACADEMIA REAL DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA, 1872, p.40)

observações foram possíveis devido a uma análise prévia da fonte para a construção do projeto, que serão complementadas ao longo do período da pesquisa.

Dessa maneira, objetiva-se com esse projeto descrever, em linhas gerais, como o Plano de Estatuto se comportou como o eixo orientador das produções da instituição. Para tanto, buscaremos caracterizar o processo histórico que resultou na fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa; analisar o contexto em que se deu a criação do Plano; identificar quem foram os colaboradores na construção do mesmo; e como as linhas estabelecidas se aplicam nas produções da instituição.

Para alcançar os objetivos estabelecidos e melhor compreender os dados obtidos com a análise do Plano de Estatutos será usado como referencial teórico o ideal de campo científico, proposto pelo sociólogo Pierre Bourdieu (1983, p.114). Segundo o autor, é nesse campo que ocorrem as disputas pelo monopólio da competência científica, de maneira que as práticas nele estabelecidas visam a aquisição de autoridade científica, sendo capaz de ser reconhecida pelos pares.

Partindo dessa noção podemos apontar a Academia Real de Ciências de Lisboa como um espaço central na representação do pensamento científico luso em finais do século XVIII. Enquanto o Plano de Estatutos, por sua vez, ocupa um papel essencial no estabelecimento das regras que guiam a autenticação dessas publicações científicas e o reconhecimento público, atuando como um elemento integrador desse campo científico.

Por fim, consideramos que a pesquisa em questão contribui para um melhor entendimento da dinâmica da Academia Real das Ciências de Lisboa, visto que o Plano de Estatutos aparece como um regulador desse ambiente científico. O seu estudo auxilia no entendimento das linhas programáticas que passariam a definir as produções da instituição. Dessa forma, a fonte escolhida para análise agrega elementos ao projeto da Prof. Dr. Patricia Maria S. Merlo, *Ciência a serviço do Reino: sociabilidade intelectual e*

reformismo ilustrado nas últimas décadas do Império Atlântico português, pois seus estatutos ajudam a exemplificar e reforçar como esse era um centro de debate científico e comportava-se como um local privilegiado dentro da sociedade do Antigo Regime Português.

Bibliografia

ACADEMIA REAL DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA. “Plano de Estatutos em que convierão os primeiros sócios da Academia de Ciências de Lisboa com beneplácito de Sua Magestade”. In: RIBEIRO, José Silvestre. **Historia dos estabelecimentos scientificos litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia**, tomo II. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1872

BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. In: Ortiz, Renato (org.). **Coleção Grandes Cientistas Sociais**, n 39, Editora Ática, São Paulo, 1983, p. 114.

CARDOSO, José Luíz Miranda. **O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808)**. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia, Lisboa, 1988.

MERLO, Patrícia Maria da Silva. “Os estudos médicos e o (des) conhecimento sobre o corpo no Setecentos portugueses”. **Dimensões**, vol. 34, 2015.

SOARES, Luis Carlos. "O nascimento da ciência moderna: os caminhos da revolução científica nos séculos XVI e XVII". In: _____. **Da Revolução Científica a Big (Business) Science**. São Paulo: HUCITEC; Niterói EdUFF, 2001. p. 17-66.